

Subsídios vão a R\$581,5 bi no último ano de Bolsonaro

Subsídios vão a R\$ 581,5 bi em 2022, último ano de Bolsonaro

Nível é o maior desde 2016; incentivos de Lula tornam queda incerta em 2023

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Os subsídios concedidos pela União subiram para R\$ 581,5 bilhões em 2022, último ano do governo Jair Bolsonaro (PL). O valor equivale a 5,86% do PIB (Produto Interno Bruto) — um crescimento de 1,1 ponto percentual em relação ao ano anterior e o maior patamar desde 2016.

A conta inclui os chamados gastos tributários, quando o governo abre mão de arrecadação para incentivar atividades em setores econômicos, e os subsídios financeiros e creditícios, auxílios dados pela União para baratear determinadas transações, como operações de crédito.

Os dados integram o relatório Orçamento de Subsídios da União, divulgado pelo Ministério do Planejamento nesta quarta-feira (7).

Em ano eleitoral, os gastos tributários chegaram ao patamar recorde de 4,65% do PIB. A principal explicação foi o início da desoneração dos combustíveis, que consumiu R\$ 29,88 bilhões em recursos no ano passado.

A medida foi baseada por Bolsonaro em uma tentativa de conter os preços da gasolina e do diesel, que tiveram forte aumento na esteira das cotações internacionais do petróleo e da valorização do dólar. O então presidente temia que o aumento nas bombas prejudicasse sua popularidade e, consequentemente, suas chances de reeleição.

Os subsídios financeiros e creditícios, por sua vez, dobraram na passagem de 2021 para 2022, saindo de 2,66% para 1,21% do PIB. O aumento da taxa básica de juros, a Selic, tornou mais caras as subvenções concedidas pelo governo em linhas de crédito subsidiadas (ofertas das com taxas menores, como ocorre no Plano Safra, por exemplo).

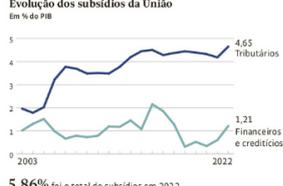
Houve ainda o perdão das dívidas de estudantes com o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior).

Em entrevista coletiva, o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos da pasta, Sérgio Firpo, disse que ainda não é possível prever se haverá uma queda dos subsídios em 2023.

Segundo ele, diferentes fatores podem influenciar o número deste ano. Por um lado, a redução gradual da desoneração dos combustíveis e a expectativa de corte na Selic podem contribuir para reduzir a conta. Por outro, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem lançado novas polí-

Subsídios crescem em 2022

Evolução dos subsídios da União



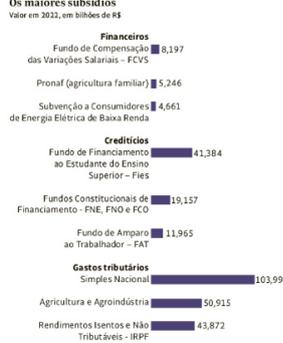
O valor dos subsídios



R\$ 156,2 bilhões

é o crescimento absoluto dos subsídios em 2022 ante o ano anterior

Os maiores subsídios



Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

ticas com potencial para impulsionar os subsídios.

Um deles é o próprio programa Desenrola Brasil, que vai facilitar a renegociação de dívidas de pessoas negativas.

O governo vai reservar de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões do FOO (Fundo de Garantia de Operações) para avaliar novos empréstimos para que as famílias quitem seus débitos com descontos. Em caso de inadimplência, o FGO honra as operações.

Segundo Firpo, a depender do desenho do Desenrola, os valores podem, sim, contribuir para ampliar a conta.

O secretário evitou avaliar se o nível de subsídios é elevado, dado o crescimento expressivo em relação a 2021.

"Os subsídios fazem parte da caixa de ferramentas da política fiscal e não devem ser demonizados", disse Firpo. "Se é alto ou se é baixo, não existe resposta única. O que a gente sabe é que é instrumento que deve ser usado com certa moderação".

Apesar da recomendação de uso moderado da ferramenta, o secretário disse ser difícil apontar um "valor ótimo" para o nível desses incentivos, seja como fração do PIB, seja

em termos nominais.

O mais apropriado, de acordo com ele, seria promover a avaliação periódica das ações para saber se elas estão cumprindo seus objetivos, bem como estipular prazo para todas as políticas. "É um instrumento válido, mas precisa ser avaliado", disse.

O maior desafio, no entanto, é que muitas políticas são concebidas sem uma avaliação prévia. Mesmo nos casos em que o CMAP (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) aponta falhas e necessidades de aprimoramento, essas conclusões ficam paradas nos escaninhos, sem aplicação prática. A maioria das mudanças depende de aval do Congresso Nacional.

"A gente tem que ser capaz de avaliar e, se for o caso, mudar rotas", afirmou o secretário. "O que a gente faz na secretaria é deixar esses números transparentes. É importante que haja relação entre Executivo e Congresso em relação à avaliação de todas as políticas públicas".

No governo Bolsonaro, o Ministério da Economia tentou estipular mecanismos que obrigassem o Executivo a reduzir o patamar dos gastos tributários, que representam a maior parcela dos subsídios.

A primeira tentativa foi feita em 2019, quando foi enviado o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do ano seguinte, mas não surtiu efeito. Em 2021, o governo aprovou no Congresso Nacional uma emenda constitucional que exigia a apresentação de um plano para cortar os gastos tributários de cerca de 4% do PIB para 2% do PIB.

O Legislativo, porém, blindou uma série de benefícios, como a Zona Franca de Manaus, os benefícios a entidades filantrópicas e a desoneração da cesta básica, entre outros. A soma das exceções alcançava cerca de 2% do PIB — metade dos incentivos existentes.

Sob essas restrições, o governo frustrou as expectativas de um corte mais agressivo. Apresentado em setembro do ano passado, o plano desidratado listava supostos cortes em benefícios que, na verdade, já tinham data para acabar.

Na época, uma interpretação mais benevolente de órgãos jurídicos do governo sugeriu que a meta de corte deveria incidir apenas sobre os 2,06% do PIB em gastos tributários não excepcionados pelo Legislativo.

Na prática, a obrigação legal era um corte de só R\$ 4,2 bilhões em oito anos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 14